Estratégia CONCURSOS

Aul

História e Geografia do Amazonas p/ PC-AM (Investigador) Com Videoaulas - 2019

Professor: Rosy Freire (Equipe Sérgio Henrique), Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial. 2
1. A Região Norte. 3
2. Amazônia Internacional e Legal. 4
2.1. Projetos de defesa, vigilância e desenvolvimento da Amazônia. 7
2.1.1. SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. 7
2.1.2. SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. 8
2.1.3. POLAMAZÔNIA. Programa de Polos Agrominerais da Amazônia. 8
2.1.4. PIN - Programa de Integração Nacional. 10
2.1.5. Projeto Amazônia sustentável: Texto complementar. 11
2.1.6. RADAM - Radar Amazônia. 12
2.1.7. Projeto Calha Norte. 12
2.1.8. Projeto SIVAM - Sistema Interno de Vigilância da Amazônia. 14
3. A Colonização do Território Amazônico. 15
3.1. Missões e Fortalezas. 16
4. A Formação do Território Brasileiro. Antecedentes Históricos e Principais Tratados. ... 17
4.1. Tratado de Tordesilhas 17
4.2. As principais expedições na Amazônia 19
4.3. Principais tratados de fronteira 20
5. Exercícios 22
6. Considerações Finais. 42

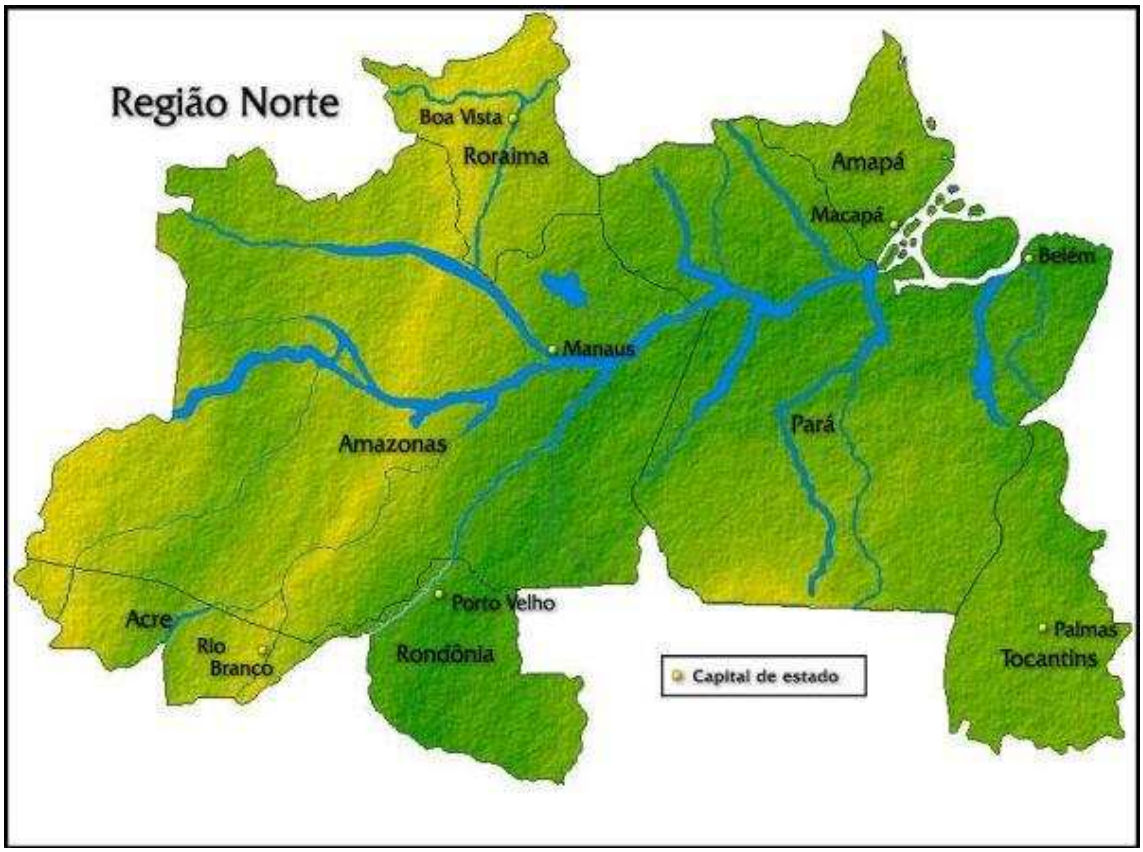
00. Bate Papo Inicial.

Olá querido amigo concurseiro. Está tentando ingressar na área do serviço público, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São muitas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento em sua preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em um bom número de aulas, vamos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição. Caso você já domine o conteúdo teórico pode concentrar-se na resolução de exercícios. Para avaliações que demandam resultado a prática de questões é imprescindível e se tiver que priorizar alguma atividade, que seja a resolução e o estudo dos exercícios, mas lembre-se: o ideal é um ciclo completo: Leitura da teoria e prática dos exercícios.

Então vamos ao trabalho. É um convite aos estudos. Venha comigo. Vamos desmistificar a **Geografia e a História** e gabaritar a disciplina.

1. A Região Norte.



A região norte é formada pelos estados do **Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima** e **Tocantins**. Localizada entre o maciço (planaltos cristalinos) das Guianas ao norte, o oceano atlântico a noroeste, o planalto central e dos Parecis, ao sul, a região norte é banhada pelos grandes rios das **bacias Amazônica** e do **Tocantins**. Predomina o clima tropical equatorial e a floresta tropical latifoliada úmida. A Amazônia é uma das maiores biodiversidades do planeta.

2. AMAZÔNIA INTERNACIONAL E LEGAL.

Observe atentamente o mapa abaixo para podermos separar três conceitos fundamentais e que não se confundem: Região norte, Amazônia internacional e legal.



A região norte é uma macrorregião administrativa do IBGE e os seus limites correspondem aos limites dos estados que a compõe. A Amazônia é uma floresta internacional, ou seja, se espalha pelo território de vários países: em sentido horário, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território descontínuo da França). A Amazônia legal é a região do domínio amazônico em território brasileiro e não coincide com os limites estaduais.

Território é um conceito político e se refere a área de soberania de um país.

Veja que interessante a questão abaixo:

(FGV 2018 – Auditor fiscal de Tributos Estaduais RO)

Os mapas a seguir apresentam diferentes formas de representação do espaço amazônico.

Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Assinale a opção que identifica, de cima para baixo, os espaços que os mapas 1, 2 e 3 se referem.

A) Amazônia Legal, Amazônia Internacional e Região Norte.

B) Amazônia Brasileira, Região Norte e Amazônia Ocidental.

C) Bioma Amazônia, Amazônia Internacional e Amazônia Legal.

D) Região Norte, Bioma Amazônia e Amazônia Legal.

E) Amazônia Brasileira, Bioma Amazônia e Amazônia Ocidental.

Comentários

1 - Amazônia legal, o bioma em território brasileiro que ocupa a totalidade da região norte e parte do Mato Grosso e Maranhão.

2 - Mostra toda a superfície do bioma amazônico em vários países da América do Sul e representa a Amazônia internacional.

3 - Mostra os limites dos estados da Região Norte.

Gabarito: A

Roraima, **Amapá** e **Tocantins** tornaram-se os estados a partir de 1988 com a nova constituição promulgada. Roraima e Amapá foram transformados em estados e a partir de territórios federais já existentes desde a década de 40 na Era Vargas. Tocantins foi incorporado a partir do desmembramento do norte do estado de Goiás e incorporado à região norte.

O norte possui a maior taxa de crescimento da população no país e também se expande economicamente. Este desenvolvimento ocorre pelo aumento da pecuária extensiva, pelo avanço do agronegócio, pelas ações ilegais de madeireiros e grileiros e em razão de pressões urbanas para obras de infraestrutura, como grandes usinas hidrelétricas, que são obras de grande impacto ecológico. O sucesso das plantações de soja no centro-oeste abriu fronteiras agrícolas em direção à Região Norte, o que potencializa o desmatamento. O estímulo a atividades que não comprometam a floresta, como as indústrias da Zona Franca de Manaus e a exploração do ecoturismo, além da criação de parques florestais e de reservas indígenas, tem conseguido impedir desastre maior para a biodiversidade e comunidades tradicionais. Apesar do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) monitorar toda a região, faltam ações capazes de coibir o desmatamento ilegal em área tão extensa.



O ano de 2012 foi quando o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** (INPE) registrou a menor área desmatada e foi o menor desde 1988. O desmatamento vem diminuindo e podemos atribuir isso ao maior controle e fiscalização do desmatamento e principalmente depois de 2008, ano da crise econômica internacional provocada pelo setor imobiliário norte americano. A crise provocou uma diminuição mundial do consumo e produção e a demanda por matérias primas diminuiu.

O Ministério do Meio Ambiente estima que em torno de 75% da área desmatada seja ocupada pela criação de gado, que ocupam uma área muito maior do que a agricultura, pois os animais são criados de forma extensiva. De acordo com a EMBRAPA, as áreas com mais de 80% de desmatamento são justamente as que apresentam a maior concentração de rebanho. O desenvolvimento de espécies de sementes de soja, adaptáveis ao ambiente, também possibilitou o aumento das lavouras em área desmatada. O corte de árvores nobres, de grande valor comercial, atrai madeireiros. De acordo com a organização ambientalista Greenpeace, em torno de 80% da retirada de madeira é ilegal e realizada em terras públicas ou sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

2.1. Projetos de defesa, vigilância e desenvolvimento da Amazônia.

O desenvolvimento e povoamento da região norte foi predominantemente motivado pela intervenção estatal. Desde a década de 40, Getúlio Vargas passou a criar politicas de povoamento e a criação de territórios federais na nossa fronteira. O contexto internacional era o da Segunda Guerra Mundial e o objetivo era estimular o povoamento e proteger as fronteiras, pois a ameaça internacional na Amazônia era concreta. A maior intervenção foi durante os governos militares, quando foram feitas politicas de incentivo à imigração para a região norte, a construção de obras faraônicas como a Transamazônica e os projetos de extração mineral.

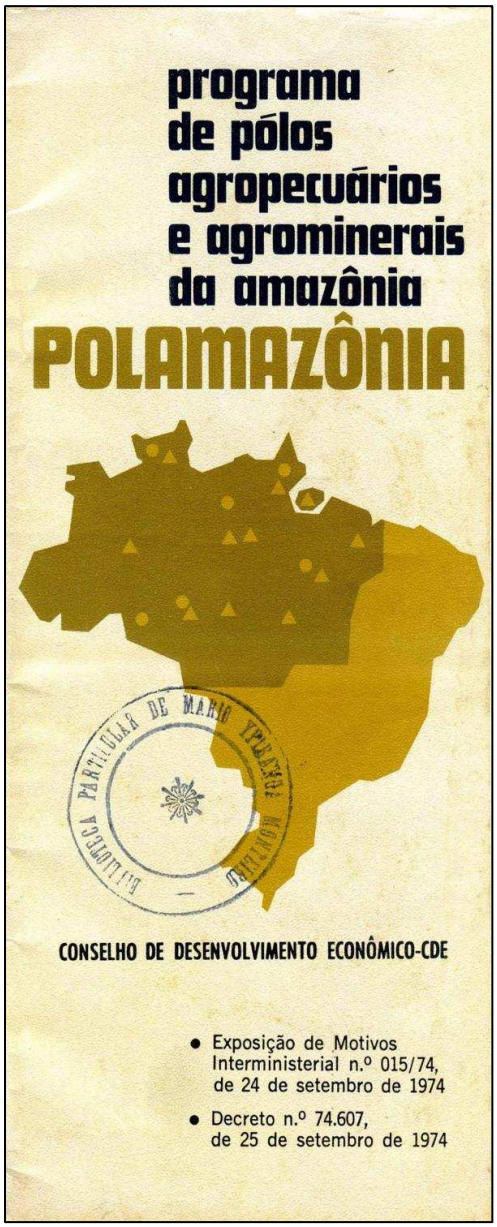
2.1.1. SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Foi criada em 1966 para substituir o órgão SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de 1953). O objetivo é **planejar**, **coordenar**, **controlar** e **executar planos federais** para a região amazônica. Era sua competência criar infraestrutura de transportes e energia, entre outras obras necessárias a dinamização econômica da região. O órgão foi extinto em 2001 e o governo federal o reabriu em 2003 com o nome de ADA: Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

2.1.2. SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Órgão criado em 1968 e sua ação é limitada à região de Manaus. Oferece **estímulos locacionais** como isenção de impostos, oferta de infraestrutura logística e financiamentos, além do desenvolvimento de atividades econômicas na região em destaque: a indústria de eletroeletrônicos, produção de celulares, computadores, naval, motocicletas e bicicletas. Apesar de recentes cortes nos subsídios dos projetos na Amazônia, o único que não sofreu perdas foi a SUFRAMA, pois o fim dos subsídios e vantagens fiscais, poderiam imediatamente provocar saída de investimentos externos.

2.1.3. POLAMAZÔNIA. Programa de Polos Agrominerais da Amazônia.



A função do programa é promover o **aproveitamento integrado** das potencialidades econômicas minerais, agroindustriais e florestais em áreas como Carajás, Trombetas, Pré-Amazônia, Amazônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Amapá, Marajó e Médio Amazonas.



Texto complementar:

O Programa Polamazônia *de 1974 a 1980*

No cume do período do "milagre econômico" brasileiro, a mentalidade predominante do Eldorado envolveu a exploração econômica setorial e a quase ilimitada distribuição territorial da periferia da Amazônia. O setor operacional, permitido a atividades de *business* privado, aumentou enormemente, tornando-se com isso o novo foco central da estratégia de desenvolvimento. A explicação oficial para essa decisão foi a primeira crise do preço do petróleo, forçando o governo a cancelar investimentos por causa das sérias consequências financeiras das dispendiosas importações de petróleo.

Nessa segunda fase, as estratégias de planejamento regional na Amazônia foram concentradas no conceito de pólos de crescimento, tema discutido na América Latina desde meados dos anos 1960. Os pólos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) foram baseados em pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.

Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. Os tradicionais fazendeiros de gado no Brasil trabalharam como subcontratados em grande escala. As fazendas de gado — a área máxima oficial era de 60 mil hectares, mas na realidade havia ainda as fazendas da Volkswagen do Brasil, com 140 mil hectares, ou a da multinacional Liquigas Group, com 566 mil hectares, e muitas outras mais — foram responsáveis pela enorme destruição das florestas tropicais,

principalmente nas regiões do sudeste e do leste do estado do Pará e na parte norte do Mato Grosso. Em meados dos anos 1980, os projetos oficiais de fazendas de criação de gado ocupavam quase que 9 milhões de hectares. De um total de 350 mil km^2 de terra adquiridos pelas fazendas de gado, uma área florestal de cerca de 140 mil km^2 foi destruída (Kohlhepp, 1987a).

A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrostamento da superfície e distúrbios no balanço de águas. Além disso, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros. Por causa da rápida degradação de pastos, a criação de gado tornou-se atividade econômica sem lucro, fazendo com que as manadas diminuíssem consideravelmente nos anos posteriores. O cancelamento de incentivos fiscais, anos mais tarde, acabou com novas iniciativas de pecuária.

A exploração de recursos minerais foi um dos objetivos centrais dos programas de desenvolvimento da Amazônia. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais. Depois que os minérios manganês e cassiterita começaram a ser explorados no Amapá e em Rondônia a partir de meados dos anos 1950 e 1960, as novas descobertas de enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás, de bauxita no rio Trombetas e também de ouro e diamantes revelaram a riqueza de recursos minerais da Amazônia, sendo iniciados grandes projetos na região, nos anos 1980.

No Programa Polamazônia, o conceito dos pólos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a "concentração descentralizada" de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente (Kohlhepp, 1997). Modernização conservadora "de cima", exercida pelos governos militares que incorporavam o setor privado às elites regionais e nacionais por incentivos fiscais, tinha que manter a aparência democrática de modo a não colocar em perigo créditos internacionais.

A administração militar via o seu desempenho como líder, como único protagonista capaz de realizar modernização através de planejamento racional (Becker/Eger, 1992) e o componente regional era, muitas vezes, tratado de maneira superficial.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004

2.1.4. PIN - Programa de Integração Nacional.

É um programa de 1770 cuja função era dotar alguns municípios cortados pela transamazônica de infraestrutura necessária à expansão econômica regional. Humaitá no Amazonas, Santarém, Itaituba, Marabá e Altamira no Pará. O programa fracassou principalmente

por falta de capital. Acabou por permitir uma ocupação descontrolada da Amazônia, pois iniciou o traçados de várias estradas inconclusas.

2.1.5. Projeto Amazônia sustentável: Texto complementar.

O **Plano Amazônia Sustentável (PAS)** propõe um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Lançado em maio de 2008, pelo presidente Lula, o plano foi elaborado sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Sua elaboração envolveu a participação dos governos dos nove estados da região amazônica e expressivos segmentos da sociedade civil por meio das consultas públicas que mobilizaram seis mil pessoas na região. Atualmente coordenado pela **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o PAS** apresenta como **principais diretrizes:**

- ✓ Valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- ✓ Ampliar a presença do Estado na Amazônia para garantir maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva;
- ✓ Promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal;
- ✓ Ampliar a Infra-estrutura regional - energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes - saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- ✓ Assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outros;
- ✓ Combater o desmatamento ilegal associado à transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades agropecuárias, predominantemente na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;
- ✓ Promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas - conjuntamente com o fomento ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação de atores locais;
- ✓ Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;

- ✓ Promover o desenvolvimento da região com equidade e atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;
- ✓ Fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;
- ✓ Fortalecer e empoderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento.

Dentre as políticas e ações em andamento na região sob orientação das diretrizes estratégicas do PAS, destacam-se:

- ✓ Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR 163;
- ✓ Operações de combate aos desmatamentos ilegais e à grilagem de terras públicas na Amazônia, implementadas no âmbito do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM);
- ✓ Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó (PA);
- ✓ Criação do mosaico de unidades de conservação no entorno da BR-163 e Terra do Meio;
- ✓ Ações que integram o recém-lançado Programa Território da Cidadania.

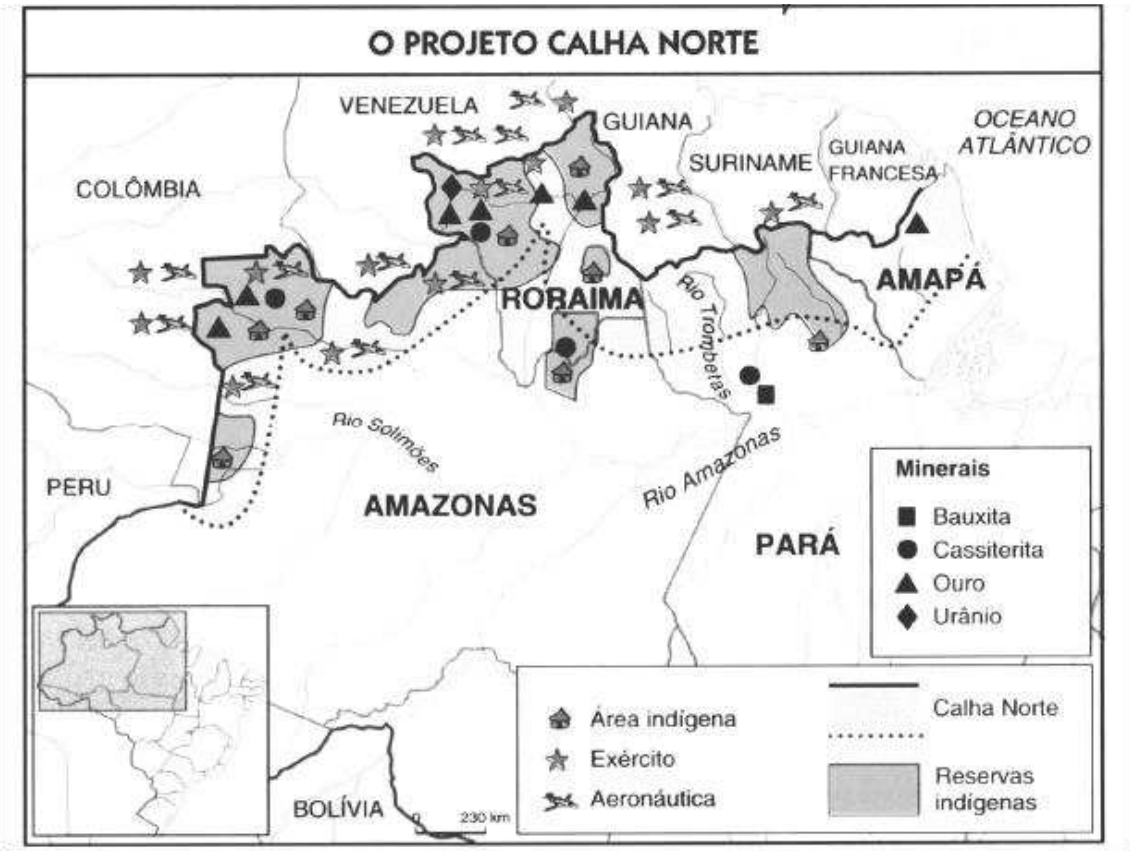
Fonte: http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-amaz%C3%B4nia-sustent%C3%A1vel-pas

2.1.6. RADAM - Radar Amazônia.

É um programa de 1969 cujo objetivo era o levantamento de dados para o mapeamento da Amazônia. Foram realizados levantamentos cartográficos, de solo e subsolo, vegetação e hidrografia. Como foi bem sucedido foi empregado no mapeamento de todo o território nacional.

2.1.7. Projeto Calha Norte.

Este projeto amplo de defesa do Governo Federal, que envolve as forças armadas, estados, municípios e sociedade civil. Controla a incorporação econômica da fronteira noroeste e a ocupação.



Texto complementar

O **Programa Calha Norte** (PCN) foi criado em 1985 pelo Governo Federal diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época, se propagava a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do país.

Desde 1999 sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. O **programa abrange 379 municípios**, distribuídos em oito estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima.

Ao todo, são quase nove milhões de brasileiros beneficiados, incluindo 46% da população indígena - em uma área que corresponde a 44% do território nacional.

A vertente civil do programa atua na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros. A vertente militar desempenha ações em prol do desenvolvimento sustentável regional com a adequação de embarcações e o ajustamento das unidades militares e da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira.

Ainda integra a vertente militar a manutenção da soberania e a integridade territorial nacional por meio do trabalho realizado pelas **Forças Armadas**.

A vertente civil está ligada às emendas parlamentares, as quais são destinadas aos municípios abrangidos, via transferências voluntárias formalizadas por meio de convênios, atendendo as exigências do Governo Federal (Decreto. 6.170/07).

O Calha Norte tem por objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa está alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa. O PCN proporciona assistência às populações e as fixam na região. Por isso, uma das suas metas é o aumentar a densidade demográfica.

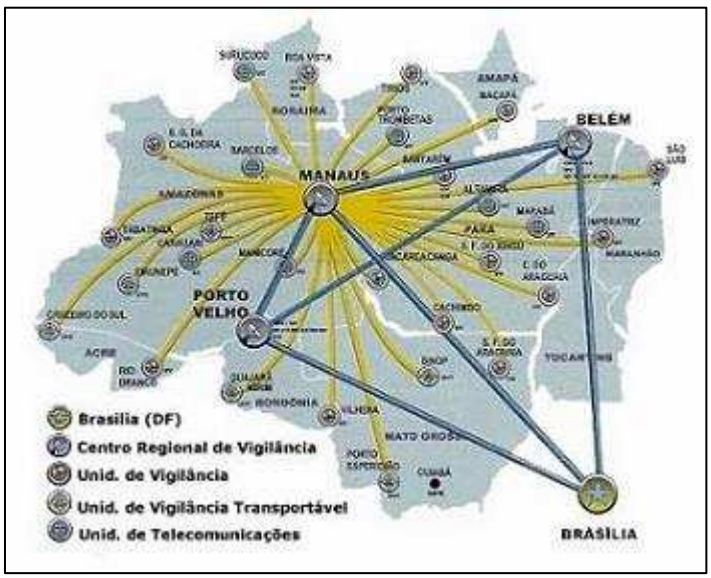
Também busca a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a integração da população à cidadania; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região.

O programa já investiu, desde a sua criação até os dias de hoje, a ordem de, aproximadamente, 3 bilhões de reais em favor do desenvolvimento regional.

Fonte: http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte

2.1.8. Projeto SIVAM - Sistema Interno de Vigilância da Amazônia.

São centros de vigilância para o controle das fronteiras e o combate ao narcotráfico.



3. A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO.

Estudaremos agora o primeiro período de ocupação territorial da região amazônica. Os primeiros contatos do europeu com a Bacia Amazônica ocorreu antes mesmo da colonização portuguesa: Foi a **viagem de Vicente Pinzon**, a serviço da coroa espanhola. Foi o primeiro a identificar a costa norte do litoral brasileiro, desde o Amapá onde descreveu a foz o rio Araguari e a Foz do Amazonas, e seguiu até Pernambuco. A bacia amazônica e sua foz eram uma das mais estratégicas regiões coloniais do planeta no século XVII.

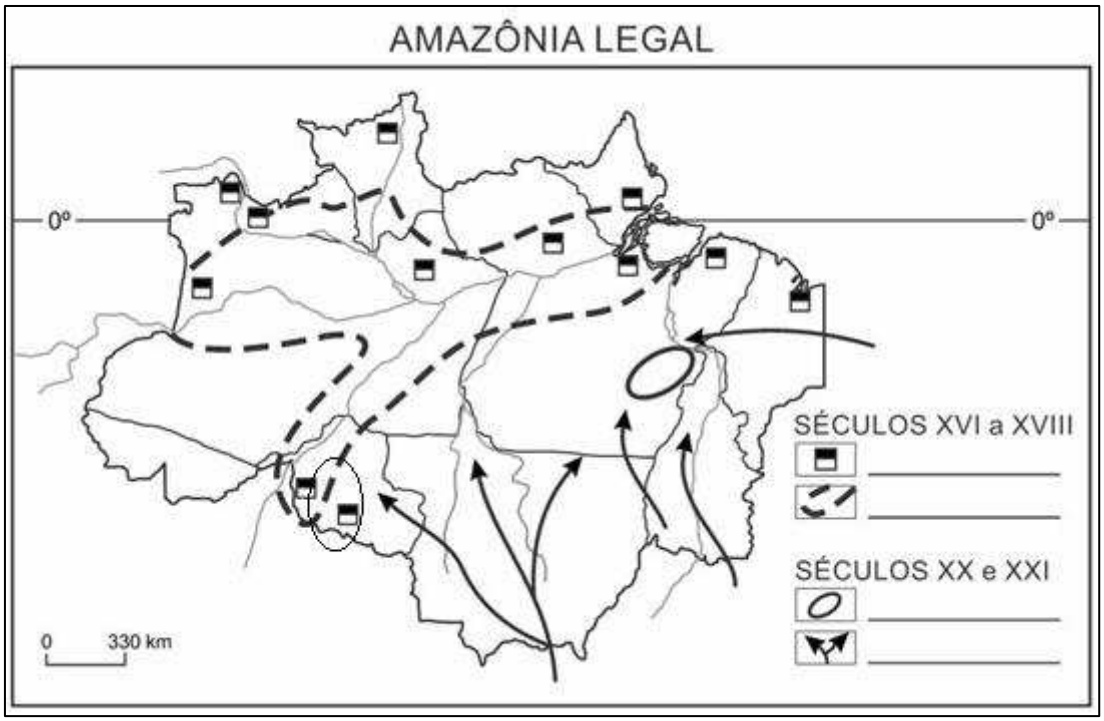
O Brasil possuía dois núcleos de colonização, povoamento e exploração: O litoral canavieiro e o interior do país, só acessível através dos rios – daí a enorme importância das expedições fluviais, como as monções (expedições fluviais bandeirantes) pois os portugueses partiram para a colonização dos extremos dos territórios conhecidos.

Três pontos eram particularmente importantes para a geopolítica da colonização portuguesa: A foz amazônica, o vale do Guaporé e a foz do Rio da Prata. Particularmente a foz do Rio da Prata era estratégica e disputada pela coroa portuguesa e espanhola, tanto que no contexto do início do nosso processo de independência (1808 -1822) motivou a invasão no século XIX por dom João VI, anexando o território Uruguaio (cisplatina) ao Brasil e logo fazem a independência no primeiro reinado (Governo de Dom Pedro I) além da Guerra do Paraguai.

A foz amazônica e todos os territórios alcançados pela bacia, era um dos territórios mais vigiados de Portugal, tanto que na administração colonial **já foi o vice reino do Grão-Pará e capitania do Grão-Pará, que na época correspondia a todo o território amazônico.**

3.1. Missões e Fortalezas.

O mapa abaixo nos mostra o território da Amazônia legal no período colonial e traz os limites dos territórios atuais. Importante lembrarmos que se trata da Amazônia em território brasileiro e não corresponde rigidamente aos limites estaduais da região norte (avança no Centro Oeste (MT) e Nordeste (MA).





O que preencheria corretamente as linhas acima?

Nos séculos XVI a XVIII o povoamento amazônico era feito principalmente através de Missões Jesuíticas e bases militares (quadradinhos). No século XX temos as explorações minerais; no PA, ferro, manganês e níquel. Hoje em Roraima, ouro e níquel, principalmente. A seta indica o avanço da fronteira agrícola da soja e simples notar, é uma questão que pode cobrar, que o agronegócio tem se desenvolvido por Roraima, mas não é parte da fronteira agrícola, que corresponde aos limites amazônicos meridionais (sul) e ocidentais (leste).

4. A Formação do Território Brasileiro. Antecedentes Históricos e Principais Tratados.

No século XV, Portugal foi o pioneiro nas chamadas grandes navegações, quando os portugueses passaram a navegar e colonizar territórios inicialmente na África e Ásia. Em 1493 as maiores potências eram Porgual e Espanha, que tentaram a **bula intercoetera**. Este tratado estipulavam que as terras ocidentais à 100 léguas das ilhas de Cabo Verde seriam Espanholas e as terras orientais portuguesas. Este acordo não foi assinado por portugal que somente concordou com o tratado de 1494, o **tratado de Tordesilhas**, que estabelecia que as terras à oriente de 370 léguas das ilhas de Cabo verde seriam portuguesas. Perceba que este acordo ocorreu antes mesmo da chegada de Cabral em 1500.

4.1. Tratado de Tordesilhas



O tratado de Tordesilhas estabelecia o limite português na linha acima destacada.

A Espanha concentrou sua colonização no México e no Peru onde encontraram metais preciosos – ouro e prata - logo nos primeiros anos de colonização, o que fez que não focassem suas atenções na região amazônica. Enquanto isso os colonizadores portugueses aos poucos foram

ocupando a região, tanto através de expedições de bandeirantes, fundação de missões jesuíticas e bases militares. A principal pergunta que devemos fazer agora é: Como todo este território espanhol foi parar nas mãos dos portugueses? Tudo começou com uma crise sucessória em Portugal.

Em 1598 morreu o rei de Portugal sem deixar herdeiros e apesar das tentativas de manter sua independência, o território do reino português foi anexado pelo reino espanhol que era a maior potência militar no contexto. Entre **1580 e 1640** Portugal e Espanha formaram um só governo e foram unificados pela **"União Ibérica"**. Perceba que neste intervalo de tempo o tratado de Tordesilhas tornou-se obsoleto, pois afinal de contas pertenciam ao mesmo império. O imperador espanhol era Felipe II e ele permitiu que Portugal mantivesse um governo próprio, mas tomou o controle das colônias. Neste contexto ocorreram as invasões holandesas no nordeste brasileiro (eram inimigos dos espanhóis) e o processo de interiorização no território por parte dos colonos portugueses. Neste contexto destacam-se três elementos: As missões Jesuíticas, a pecuária e as expedições bandeirantes. Por onde os bandeirantes fundavam vilas e os jesuítas seus colégios, Portugal mapeava e procurava fundar fortes militares. Bom exemplo disso é o forte do Presépio, na foz, em 1616 após a expulsão dos franceses do MA (combater invasões estrangeiras, principalmente dos franceses, que tentaram colonizar o RJ e o MA e tentaram invadir o território amazônico)

A principal atividade econômica era a extração das Drogas do Sertão eram especiarias amazônicas, como o cacau, urucum, canela, salsaparrilha, guaraná, baunilha, gomíferos (seringueira e caucho) e demais produtos que pudessem atender à indústria de perfumes, de condimentos e de remédios na Europa. **Eram produtos extremamente valiosos no mercado europeu**. Assim, a Amazônia e seus rios foram a porta de entrada para portugueses e espanhóis que buscavam, através da navegação, encontrar grandes riquezas.

Os portugueses iniciaram a ocupação e colonização do Brasil, a partir da expedição colonizadora de Martin Afonso de Sousa, em 1530, para expulsar os franceses do litoral nordestino, quando deram início ao desenvolvimento da cana de açúcar e a fundação de povoamentos. Como resultado, bandeirantes e aventureiros também investiram na busca de produtos, como metais, Drogas do Sertão e índios para serem aprisionados e trabalharem nas lavouras.

Para iniciar a colonização, Portugal implantou o sistema de Capitanias Hereditárias, assim, dividiu as terras, doando-as para nobres, transferindo a colonização aos particulares. O processo de ocupação do interior do Brasil ocorreu de forma muito lenta, ligado a atividades econômicas como a mineração, a coleta das Drogas do Sertão e o apresamento de índios, atividades que não geraram ocupações consistentes e duradouras nesta região. A sociedade colonial que foi formada era **mestiça** de índio, negro e branco, **sincrética** culturalmente profundamente estratificada, escravista e dominada por uma elite branca e portuguesa que controlava as minas e lavras e ainda

os altos cargos da administração pública. Só podiam ocupar os cargos públicos os chamados "homens bons", ou seja, brancos, ricos, católicos e que não realizavam trabalhos manuais.



NÃO CONFUNDA!

Mestiçagem: mistura de grupo étnico
Sincretismo: mistura de práticas culturais.



TOME NOTA!

Em 1616 foi criada a capitania do Grão Pará. Foi desmembrada da capitania do Maranhão e tinha como objetivo principal aumentar o controle da Amazônia e aumentar o contato com Portugal.

O Grão Pará era um núcleo diferente de colonização com instituições coloniais públicas e privadas específicas para o território. Eram muito ligados a Portugal e à Inglaterra, tanto que a capitania do Grão Pará só aderiu à independência em 15 de agosto de 1823. Dom Pedro mandou fragatas militares que forçaram a adesão, mas mesmo após a independência brasileira, a região amazônica era mais próxima de Portugal que da capital RJ.

4.2. AS PRINCIPAIS EXPEDIÇÕES NA AMAZÔNIA

É importante ficar ligado neste tópico, pois conhecer alguns dados é um diferencial. Dentre as expedições espanholas, podemos citar a de Gonzalo Pizarro, Pedro de Anzúres, Francisco Orellana, Pedro de Ursúa, Lope de Aguirre.

- ✓ **1535**: Do espanhol **Francisco Orellana** que partir da nascente peruana até a foz no Atlântico.

- ✓ **1637**: expedição do espanhol **Pedro Teixeira**. Tomou posse dos territórios para Portugal e segui até quito- **mostrou a viabilidade de alcançar os mercados do pacífico via Amazônia**.

- ✓ **1647:** A bandeira de **Antônio Raposo Tavares**, saiu da antiga vila de São Paulo até encontrar o rio Mamoré, chegando ao Madeira em meados do século XVII, tendo sido considerada a

primeira exploração de todo o curso do rio Madeira e regiões adjacentes. Dalí partiu para Belém. Percorreu mais de 5.000 km pelos sertões do continente americano. Essa expedição revelou acessos do sul do Brasil para a Amazônia e a importância do Rio Madeira e sua ligação com os altiplanos andinos.

É importante destacarmos o espírito aventureiro e fantasioso dos ibéricos (portugueses e espanhóis) que a todo custo incursionavam no interior do continente americano em busca de riquezas, superando os medos típicos do imaginário da época como monstros fantásticos e também a tribos das mulheres guerreiras amazonas.



Devemos também destacar a visão eurocêntrica do colonizador diante das populações nativas. Os europeus se compreendiam como superiores, centro do mundo e portadores da civilização e religião.

4.3. PRINCIPAIS TRATADOS DE FRONTEIRA

No início do século XVIII a Bacia Amazônica oriental (vale do Madeira e do Guaporé) em quase toda sua totalidade já era portuguesa, que ocupou religiosamente, economicamente, militarmente e realizou o mapeamento do território (um importante critério do tratado de Madri). Em 1750 foi assinado o tratado de Madri (tratado do UTIPOSSIDETIS). Ele foi rejeitado pela Espanha e anulado pelo tradado de el Pardo em 1761 e depois restaurado com algumas modificações pelo tratado de Santo Idelfonso.

Veja alguns pontos fundamentais do tratado de Madri para a região amazônica:

- ✓ O Tratado privilegiou a rede fluvial e os marcos geográficos para definir as novas fronteiras, a serem confirmadas por eventuais comissões demarcatórias de ambas as partes.

- ✓ O acordo se baseou no princípio do *utipossidetis*, segundo o qual o direito de posse da terra caberia a seus efetivos ocupantes.

Sintetizando os tratados de fronteira do Brasil

Resumindo

- ✓ **1494:** Tratado de Tordesilhas.
- ✓ **1750:** Madri. As missões jesuíticas espanholas dos sete povos das missões e a colônia de sacramento ficaram para Portugal.
- ✓ **1761:** Tradado de El Pardo. (anula o de Madri).
- ✓ **1777:** Tratado de Santo Idelfonso (restaura Madri, mas os sete povos e sacramento vão para Espanha) – confira o documento no link acima.
- ✓ **1801:** Badajós. Mesmos limites de Madri, mas sete povos ficam para Portugal e Sacramento para a Espanha.



Na nossa aula de aspectos históricos falaremos mais do conflito de fronteira com a Guiana, com arbitragem internacional do rei italiano, a Questão do Pirara.

5. EXERCÍCIOS

QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/TCE-RO/2010 – PROCURADOR)

Em 1750, redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da Bacia do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (uti possidetis), que quer dizer que a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

(http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/index.html)

Trata-se do Tratado de

a) Santo Ildefonso.

b) Badajós.

c) Madri.

d) Utrecht.

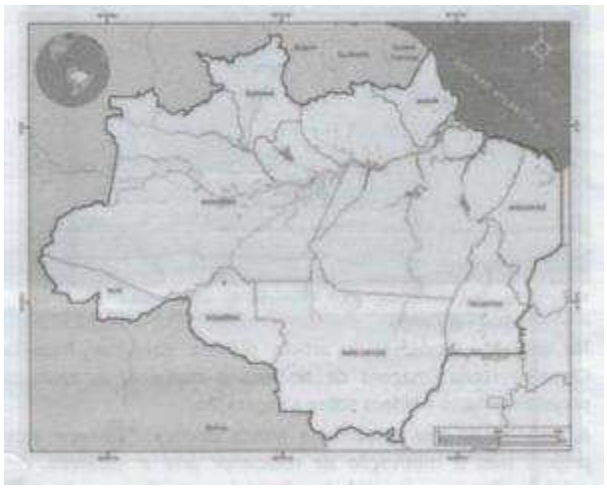
e) Lisboa.

Comentários

O Tratado de Tordesilhas deixou de vigorar com o Tratado de Madri, assinado em 1750, que estabeleceu novos limites de divisão territorial para as colônias da América do Sul. Através dele, a Coroa portuguesa tem a posse definitiva da região, definindo também o princípio que nortearia todas as questões de limites surgidas posteriormente: o uti possidetis, segundo o qual a terra pertencia ao país de origem dos homens que nela morassem.

Gabarito: C

2. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)



Os limites desta área englobam os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. Sua paisagem tem sofrido os efeitos do desmatamento em função do avanço da fronteira econômica.

Assinale a opção que identifica corretamente a classificação do espaço amazônico a que o texto se refere.

A) Arco do Desmatamento.

B) Amazônia Legal.

C) Região Norte.

D) Macrorregião Amazônica.

E) Amazônia Internacional.

Comentários

O MA é um estado nordestino. Como refere-se somente ao território Brasileiro não é a amazônia internacional e sim a legal. O arco do desmatamento está localizado nas bordas sul da floresta amazônica e RR não se inclui.

Gabarito: B

3. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)

Analise o mapa a seguir.



A respeito dos objetivos da conquista político-religiosa do vale do Amazonas, no período colonial, pelos portugueses, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Controlar militarmente o acesso à bacia hidrográfica do Amazonas a partir de fortes, como o de Presépio, na futura cidade de Belém.

( ) Impor o domínio sobre a região mediante expedições, como a de Pedro Teixeira, que partiu de Belém rumo a Quito e fundou o povoado de Franciscana.

( ) Promover o estabelecimento de missões e aldeamentos de várias ordens religiosas para converter os gentios e incorporá-los à economia colonial.

Na sequência apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – F.

B) F – V – V.

C) V – V – V.

D) V – F – V.

E) F – F – V.

Comentários

A ocupação da região amazônica ocorreu primeiramente com missões jesuíticas, expedições bandeirantes e a construção de fortes militares portugueses, entre eles o pioneiro na amazônia o Forte do Presépio, para proteger a foz em Belém. Entre as principais expedições podemos citar a de Pedro Teixeira que penetrou nos vales amazônicos e chegou até Quito. Mostrou a viabilidade de alcançar o mercado dos povoamentos espanhóis.

Gabarito: C

4. (Ufpa 2016 ADAPTADA)

Amazônia legal é composta por oito estados (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, os quais totalizam cerca de vinte milhões de habitantes com um perfil progressivamente urbano (60% da população da Amazônia legal), caracterizado por um crescimento vegetativo de sua população e no qual as migrações são intrarregionais, flutuando de zonas rurais para as urbanas e rural-rural, sendo este último uma resposta à conversão de novas áreas para pastagem e grãos, como, por exemplo, Rondônia-Roraima e Rondônia-Amazonas.

FERREIRA, M. *et* SALATI. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados 19* (54), 2005, p. 27. Adaptado.

De acordo com o texto, a referida área representa:

A) território dinâmico sob o aspecto social e econômico.

B) ambiente para exploração irrestrita dos recursos naturais.

C) região com elevada suscetibilidade aos eventos extremos.

D) conjunto de estados que optaram pelo desenvolvimento sustentável.

E) espaço de fragmentação e isolamento territorial quanto às demandas mercado nacional.

Comentários

O texto apresenta informações demográficas, sociais e econômicas da Amazônia Legal, área de influência da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). O avanço da agropecuária, mineração, transportes e migrações estão entre os fatores de desmatamento do ecossistema amazônico.

Gabarito: A

---

5. (Ufpa 2013 ADAPTADA)

É o uso do território, e não o território em si mesmo, o que faz dele o objeto da análise social [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

Os usos do território na Amazônia são marcados por conflitos que envolvem vários sujeitos e intenções com vistas a estabelecer seus interesses. Os conflitos ocorrem tanto no interior das políticas do governo federal para a região, quanto nos setores econômicos; envolvem ainda as chamadas populações tradicionais que são afetadas pelas ações políticas e econômicas. Neste sentido, é correto afirmar:

A) No interior das ações políticas do governo federal para Amazônia, temos a proposta ambientalista do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo vetor principal são as obras de infraestrutura energética e viária, como, por exemplo, a construção do complexo hidroelétrico de Belo Monte e o asfaltamento da BR 163.

B) As propostas desenvolvimentistas do governo federal para região, sintetizadas no Plano Amazônia Sustentável, conjunto de proposições estruturadas no desenvolvimento sustentável, na biodiversidade, na sociodiversidade e no respeito às populações tradicionais, que objetivam a construção da economia sustentável, encontram maiores dificuldades para serem executadas.

C) A região do Baixo Amazonas é marcada por acordos de convivência que envolvem empresas mineradoras, madeireiros, pecuaristas e populações tradicionais, sobretudo ribeirinhas e quilombolas, acerca dos usos dos recursos naturais: florestas, água, solo e subsolo.

D) Os acordos entre instituições estatais, empresários e populações tradicionais foram fundamentais para demarcação de parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de particular interesse ecológico, reservas extrativistas, florestas nacionais, terras indígenas. Permitiram, assim, que os conflitos por recursos naturais tenham praticamente sido eliminados da dinâmica regional da Amazônia.

E) A ação unificada e harmoniosa do Incra, Ibama e Sudam contém o desmatamento, protege as unidades de conservação, amplia o número de assentamentos e titulações de áreas quilombolas, bem como garante extensas áreas para as monoculturas e pecuária.

Comentários

[A] INCORRETA – Belo Monte e a recuperação de rodovias não são propostas ambientalistas.

[B] CORRETA – As dificuldades para a execução do Plano Amazônia Sustentável decorrem dentre outros fatores da expansão da fronteira agrícola, processo fortemente vinculado ao impacto ambiental da área, e aos confrontos com a população nativa.

[C] INCORRETA – Não foram definidos acordos de convivência, existindo ainda fortes conflitos pelo uso da terra.

[D] INCORRETA – Não houve a pacífica articulação dos setores e os conflitos por recursos não foram eliminados.

[E] INCORRETA – O desmatamento não tem sido contido na Amazônia.

Gabarito: B

---

6. (Uepa 2012 ADAPTADA)

Ao descortinar o século XXI, o desenvolvimento ocorrente na Amazônia se encontra desigual e restrito a determinados subespaços econômicos, muitas vezes limitado a um núcleo espacial no interior da própria esfera geográfica municipal e bastante heterogêneo em termos da produção regional, não mais apresentando a homogeneidade produtiva que predominava na região quando ocorreu a sua integração ao mercado nacional. A Amazônia

de hoje, portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

(Castro, 2001, apud Lima, 2009, p.2. Artigo: "*Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI*", In: *Nova econ*. vol.19 nº1, Belo Horizonte 2009.)

Utilizando como referência o texto é correto afirmar que:

A) as estratégias nacionais de desenvolvimento para a Amazônia até a primeira metade do século XX pautaram-se em projetos intensivos em capital, porém centrado em um modelo de desenvolvimento desequilibrado voltado para atividades e setores produtivos atrelados ao mercado internacional.

B) a homogeneização das atividades produtivas desenvolvidas na Amazônia no processo de integração nacional, transformou a dinâmica produtiva local, até então centrada nas atividades extrativistas, substituindo-o pelas atividades industriais aos moldes da Zona Franca de Manaus.

C) a implantação dos grandes projetos, carro chefe da política desenvolvimentista da Amazônia na segunda metade do século XX, justificou-se pela necessidade de diminuir as desigualdades sociais e implantação de uma política produtiva de valorização das atividades tradicionais da região.

D) o desenvolvimento regional amazônico da segunda metade do século XX, tinha como objetivo integrar esta região ao restante do País e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades inter-regionais. Contudo, ocorreu um aprofundamento das desigualdades intrarregionais.

E) o extrativismo da madeira que mantém estreita relação com a pecuária empresarial, tem diminuindo à medida que vem se consolidando na região o uso de áreas já desflorestadas tanto para a pecuária, quanto para a produção de matéria-prima direcionada para a produção do biodiesel.

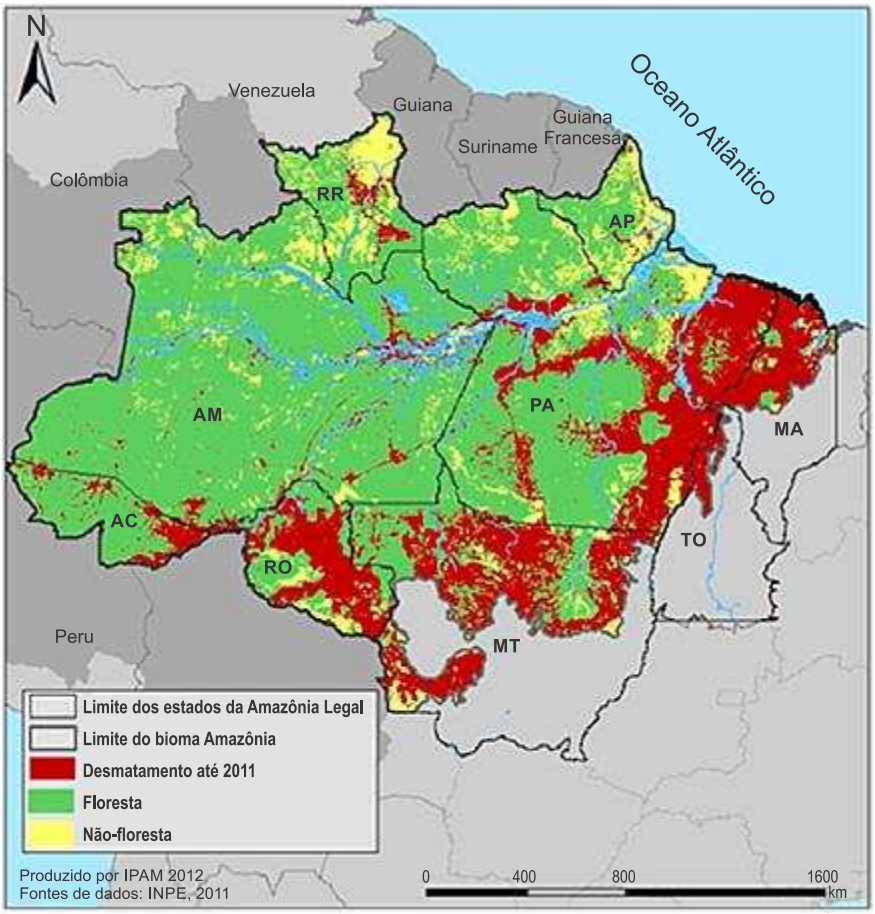
Comentários

A partir da segunda metade do século XX, o governo federal tomou iniciativas para estimular a integração da Amazônia ao restante do país. São exemplos a criação de organismos como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, e SUFRAMA (Superintendência para o Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus), em 1967, que concederam incentivos fiscais para empresas se instalarem na região. Também foram implantadas rodovias, hidrelétricas e projetos de mineração como o Grande Carajás (PA). Como boa parte dos empreendimentos, não eram sustentáveis, acabaram acentuando as desigualdades sociais internas na região e provocaram graves problemas ambientais.

Gabarito: D

7. (ADAPTADA)

Texto 1



Texto 2

O desmatamento na Amazônia Legal brasileira não é distribuído homogeneamente, mas sim concentrado ao longo do denominado "arco do desmatamento", cujos limites se estendem do noroeste do estado do Maranhão, ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

Fonte: Adaptado de Ferreira *et al*. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

O processo socioeconômico atual responsável pela ocorrência do problema ambiental retratado nos textos é:

A) a demarcação de terras indígenas.

B) o investimento na política industrial.

C) a expansão de atividades agropastoris.

D) o crescimento da prática do ecoturismo.

Comentários

A expansão da "fronteira agrícola" é o principal fator de desmatamento na Amazônia nos últimos

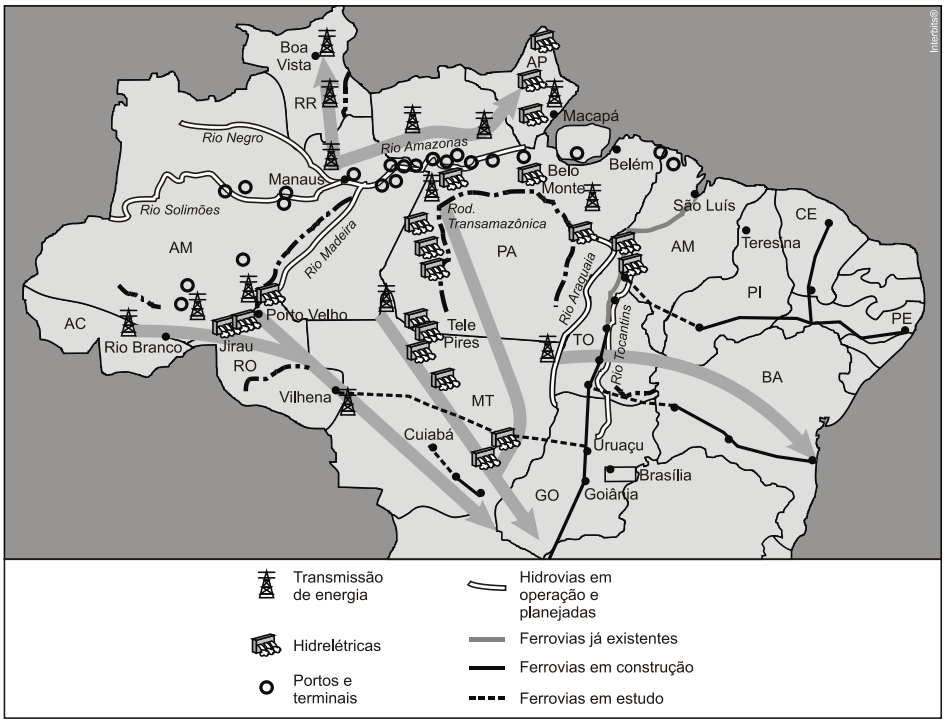
anos. Principalmente o avanço da pecuária bovina e da agricultura (comercial como a soja e de subsistência). Outros fatores de degradação são: exploração ilegal de madeira, mineração e implantação de novas hidrelétricas como Belo Monte (rio Xingu, Pará).

Gabarito: C

---

8. (ADAPTADA)

Analise a figura a seguir e leia os textos que a acompanham.



WIZIACK, J.; BRITO, A. Amazônia vira motor do desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. p. A1. Ilustração esquemática, sem escala. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/>. Acesso em: 26 jan. 2012. [Adaptado].

"O governo federal e o setor privado inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia Legal, onde vivem 24,4 milhões de pessoas e que representa só 8% do PIB brasileiro".

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 16 out. 2011, p. B1.

[...] "Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agrorregional".

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapasdoc3.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2011.

Considerando-se a figura e os textos apresentados e a grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural da Amazônia Legal, evidencia-se uma região em crescente processo de diferenciação. Esse processo contraria a imagem difundida pelo mundo de um

espaço homogêneo, caracterizado pela presença de uma cobertura vegetal, que a identifica tanto interna quanto externamente. Desse modo, o novo modelo de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia Legal, atualmente, baseia-se:

A) na articulação dos setores de produção de energia elétrica, transporte, mineração e agronegócio.

B) no desenvolvimento de estratégias de preservação e controle da exploração dos recursos naturais.

C) na estratégia geopolítica baseada no binômio desenvolvimento e segurança.

D) na ocupação militar explicitada pelo projeto Calha Norte.

E) nas estratégias que visam ao aprofundamento da internacionalização da Amazônia.

Comentários

Como mencionado corretamente na alternativa [A] e evidenciado no mapa e nos textos, os investimentos governamentais na Amazônia priorizam a infraestrutura energética e de transportes, integrando-a ao espaço econômico nacional. Estão incorretas as alternativas: [B], [C], [D] e [E] porque nos textos ou no mapa não há menção, respectivamente, à questão da preservação ambiental; da segurança em nível nacional; do Projeto Calha Norte (programa de defesa de fronteira da Amazônia brasileira); ou da internacionalização, haja vista que os projetos são desenvolvidos pelo governo brasileiro junto à iniciativa privada.

Gabarito: A

---

9. (ADAPTADA)

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 km^2 de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 km^2 foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

O texto faz referência a uma região em que predomina o clima:

A) tropical úmido.

B) tropical semiárido.

C) tropical semiúmido.

D) subtropical úmido.

E) equatorial.

Comentários

O texto faz referência à Amazônia, áreas cobertas com floresta nativa e sujeitas a altos índices de desmatamento. Trata-se de uma região com clima equatorial com pequena amplitude térmica, sempre quente com alta pluviosidade e chuvas regulares o ano todo.

A alternativa [A] é falsa, o clima tropical úmido aparece no sudeste e no litoral do nordeste, áreas muito alteradas.

A alternativa [B] é falsa, o clima tropical semiárido é típico do sertão nordestino.

A alternativa [C] é falsa, o clima tropical semiúmido é típico do centro-oeste.

A alternativa [D] é falsa, o clima subtropical úmido é típico do litoral e áreas baixas da região sul.

Gabarito: E

---

10. (ADAPTADA)

O projeto foi concebido no âmbito da geopolítica brasileira, com o objetivo de implementar uma política especial do Estado para proteger as fronteiras setentrionais do país. Visa combater o contrabando de metais preciosos, conter conflitos entre garimpeiros (muitos deles com países vizinhos como a Venezuela), entre fazendeiros e indígenas e dar apoio às comunidades locais e tribos indígenas, como os Ianomamis.

Trata-se do:

A) Projeto Radam.

B) Projeto Sivam.

C) Projeto Trombetas.

D) Projeto Calha Norte.

E) Projeto Carajás.

Comentários

A alternativa correta é a [D], o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Amplo projeto de defesa do Governo Federal, que envolve as forças armadas, estados, municípios e sociedade civil. Controla a incorporação econômica da fronteira noroeste e a ocupação.

Gabarito: D

LISTA DE QUESTÕES

1. (FCC/TCE-RO/2010 – PROCURADOR)

Em 1750, redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da Bacia do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (uti possidetis), que quer dizer que a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

(http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/index.html)

Trata-se do Tratado de

a) Santo Ildefonso.

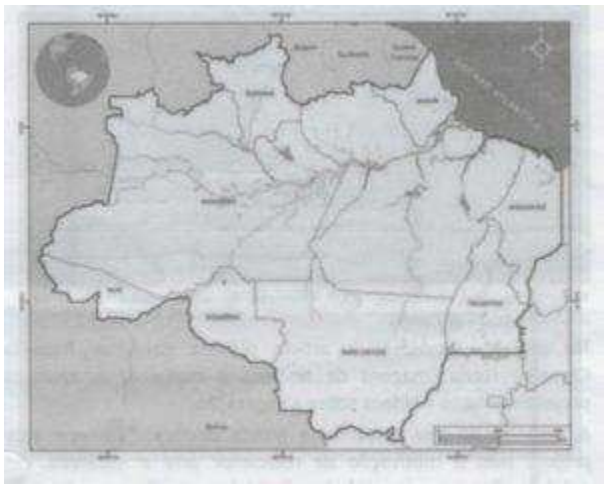
b) Badajós.

c) Madri.

d) Utrecht.

e) Lisboa.

2. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)



Os limites desta área englobam os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão. Sua paisagem tem sofrido os efeitos do desmatamento em função do avanço da fronteira econômica.

Assinale a opção que identifica corretamente a classificação do espaço amazônico a que o texto se refere.

A) Arco do Desmatamento.

B) Amazônia Legal.

C) Região Norte.

D) Macrorregião Amazônica.

E) Amazônia Internacional.

3. (FGV 2018 – Técnico tributário RO)

Analise o mapa a seguir.



Mapa da ocupação da Amazônia entre os séculos XVI e XVIII.

A respeito dos objetivos da conquista político-religiosa do vale do Amazonas, no período colonial, pelos portugueses, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

( ) Controlar militarmente o acesso à bacia hidrográfica do Amazonas a partir de fortes, como o de Presépio, na futura cidade de Belém.

( ) Impor o domínio sobre a região mediante expedições, como a de Pedro Teixeira, que partiu de Belém rumo a Quito e fundou o povoado de Franciscana.

( ) Promover o estabelecimento de missões e aldeamentos de várias ordens religiosas para converter os gentios e incorporá-los à economia colonial.

Na sequência apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

A) V – V – F.

B) F – V – V.

C) V – V – V.

D) V – F – V.

E) F – F – V.

4. (Ufpa 2016 ADAPTADA)

Amazônia legal é composta por oito estados (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, os quais totalizam cerca de vinte milhões de habitantes com um perfil progressivamente urbano (60% da população da Amazônia legal), caracterizado por um crescimento vegetativo de sua população e no qual as migrações são intrarregionais, flutuando de zonas rurais para as urbanas e rural-rural, sendo este último uma resposta à conversão de novas áreas para pastagem e grãos, como, por exemplo, Rondônia-Roraima e Rondônia-Amazonas.

FERREIRA, M. *et* SALATI. Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados 19* (54), 2005, p. 27. Adaptado.

De acordo com o texto, a referida área representa:

A) território dinâmico sob o aspecto social e econômico.

B) ambiente para exploração irrestrita dos recursos naturais.

C) região com elevada suscetibilidade aos eventos extremos.

D) conjunto de estados que optaram pelo desenvolvimento sustentável.

E) espaço de fragmentação e isolamento territorial quanto às demandas mercado nacional.

5. (Ufpa 2013 ADAPTADA)

É o uso do território, e não o território em si mesmo, o que faz dele o objeto da análise social [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

Os usos do território na Amazônia são marcados por conflitos que envolvem vários sujeitos e intenções com vistas a estabelecer seus interesses. Os conflitos ocorrem tanto no interior das políticas do governo federal para a região, quanto nos setores econômicos; envolvem ainda as chamadas populações tradicionais que são afetadas pelas ações políticas e econômicas. Neste sentido, é correto afirmar:

A) No interior das ações políticas do governo federal para Amazônia, temos a proposta ambientalista do Programa de Aceleração do Crescimento, cujo vetor principal são as obras de infraestrutura energética e viária, como, por exemplo, a construção do complexo hidroelétrico de Belo Monte e o asfaltamento da BR 163.

B) As propostas desenvolvimentistas do governo federal para região, sintetizadas no Plano Amazônia Sustentável, conjunto de proposições estruturadas no desenvolvimento sustentável, na biodiversidade, na sociodiversidade e no respeito às populações tradicionais,

que objetivam a construção da economia sustentável, encontram maiores dificuldades para serem executadas.

C) A região do Baixo Amazonas é marcada por acordos de convivência que envolvem empresas mineradoras, madeireiros, pecuaristas e populações tradicionais, sobretudo ribeirinhas e quilombolas, acerca dos usos dos recursos naturais: florestas, água, solo e subsolo.

D) Os acordos entre instituições estatais, empresários e populações tradicionais foram fundamentais para demarcação de parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de particular interesse ecológico, reservas extrativistas, florestas nacionais, terras indígenas. Permitiram, assim, que os conflitos por recursos naturais tenham praticamente sido eliminados da dinâmica regional da Amazônia.

E) A ação unificada e harmoniosa do Incra, Ibama e Sudam contém o desmatamento, protege as unidades de conservação, amplia o número de assentamentos e titulações de áreas quilombolas, bem como garante extensas áreas para as monoculturas e pecuária.

6. (Uepa 2012 ADAPTADA)

Ao descortinar o século XXI, o desenvolvimento ocorrente na Amazônia se encontra desigual e restrito a determinados subespaços econômicos, muitas vezes limitado a um núcleo espacial no interior da própria esfera geográfica municipal e bastante heterogêneo em termos da produção regional, não mais apresentando a homogeneidade produtiva que predominava na região quando ocorreu a sua integração ao mercado nacional. A Amazônia de hoje, portanto, com suas contradições crescentes, reflete as políticas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

(Castro, 2001, apud Lima, 2009, p.2. Artigo: "*Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI*", In: *Nova econ*. vol.19 nº1, Belo Horizonte 2009.)

Utilizando como referência o texto é correto afirmar que:

A) as estratégias nacionais de desenvolvimento para a Amazônia até a primeira metade do século XX pautaram-se em projetos intensivos em capital, porém centrado em um modelo de desenvolvimento desequilibrado voltado para atividades e setores produtivos atrelados ao mercado internacional.

B) a homogeneização das atividades produtivas desenvolvidas na Amazônia no processo de integração nacional, transformou a dinâmica produtiva local, até então centrada nas atividades extrativistas, substituindo-o pelas atividades industriais aos moldes da Zona Franca de Manaus.

C) a implantação dos grandes projetos, carro chefe da política desenvolvimentista da Amazônia na segunda metade do século XX, justificou-se pela necessidade de diminuir as

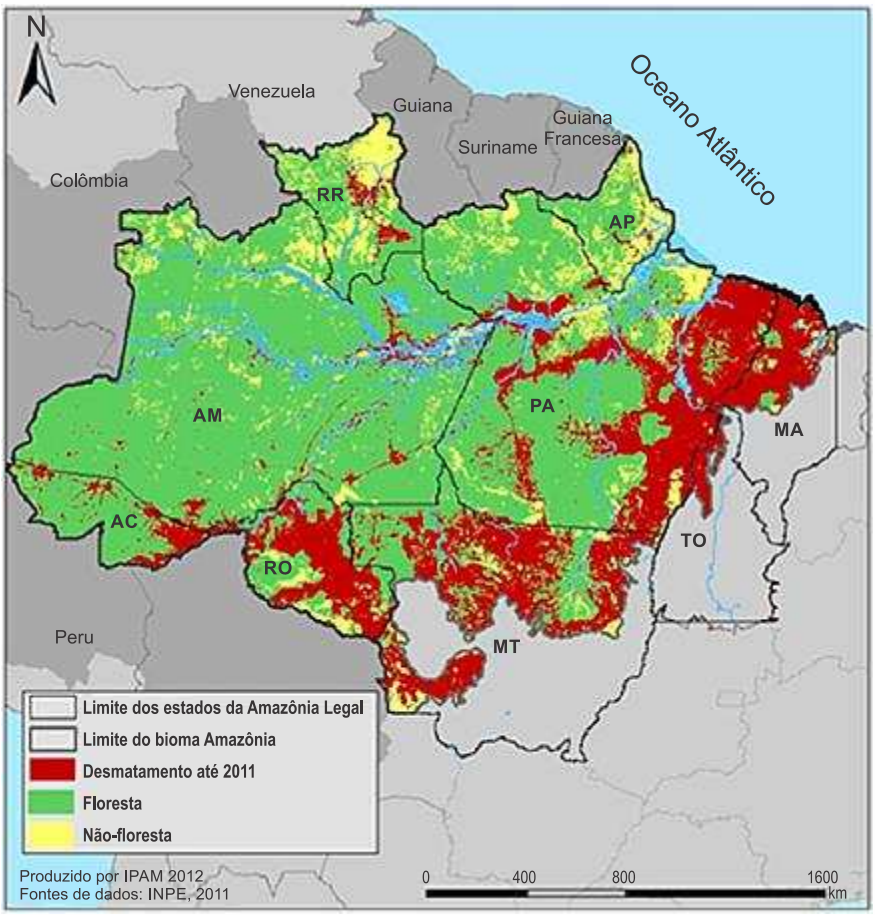
desigualdades sociais e implantação de uma política produtiva de valorização das atividades tradicionais da região.

D) o desenvolvimento regional amazônico da segunda metade do século XX, tinha como objetivo integrar esta região ao restante do País e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades inter-regionais. Contudo, ocorreu um aprofundamento das desigualdades intrarregionais.

E) o extrativismo da madeira que mantém estreita relação com a pecuária empresarial, tem diminuindo à medida que vem se consolidando na região o uso de áreas já desflorestadas tanto para a pecuária, quanto para a produção de matéria-prima direcionada para a produção do biodiesel.

7. (ADAPTADA)

Texto 1



Texto 2

O desmatamento na Amazônia Legal brasileira não é distribuído homogeneamente, mas sim concentrado ao longo do denominado "arco do desmatamento", cujos limites se estendem do noroeste do estado do Maranhão, ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

Fonte: Adaptado de Ferreira *et al*. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

O processo socioeconômico atual responsável pela ocorrência do problema ambiental retratado nos textos é:

A) a demarcação de terras indígenas.

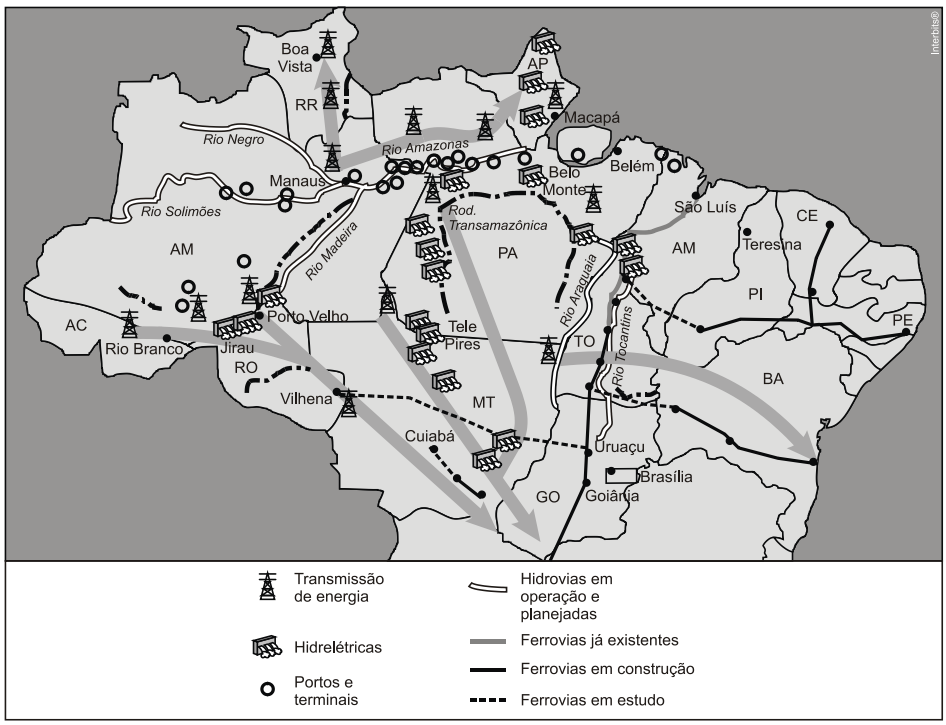
B) o investimento na política industrial.

C) a expansão de atividades agropastoris.

D) o crescimento da prática do ecoturismo.

8. (ADAPTADA)

Analise a figura a seguir e leia os textos que a acompanham.



WIZIACK, J.; BRITO, A. Amazônia vira motor do desenvolvimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. p. A1. Ilustração esquemática, sem escala. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/>. Acesso em: 26 jan. 2012. [Adaptado].

"O governo federal e o setor privado inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia Legal, onde vivem 24,4 milhões de pessoas e que representa só 8% do PIB brasileiro".

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 16 out. 2011, p. B1.

[...] "Assim, ao invés de reproduzir, como nas antigas áreas de incorporação agrícola, estruturas produtivas preexistentes, a expansão recente da fronteira agropecuária na Amazônia constitui, antes de mais nada, uma fronteira tecnológica na qual a inovação científica é o elemento central de explicação do novo perfil produtivo do agrorregional".

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapasdoc3.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2011.

Considerando-se a figura e os textos apresentados e a grande diversidade natural, social, econômica, tecnológica e cultural da Amazônia Legal, evidencia-se uma região em crescente processo de diferenciação. Esse processo contraria a imagem difundida pelo mundo de um espaço homogêneo, caracterizado pela presença de uma cobertura vegetal, que a identifica tanto interna quanto externamente. Desse modo, o novo modelo de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia Legal, atualmente, baseia-se:

A) na articulação dos setores de produção de energia elétrica, transporte, mineração e agronegócio.

B) no desenvolvimento de estratégias de preservação e controle da exploração dos recursos naturais.

C) na estratégia geopolítica baseada no binômio desenvolvimento e segurança.

D) na ocupação militar explicitada pelo projeto Calha Norte.

E) nas estratégias que visam ao aprofundamento da internacionalização da Amazônia.

9. (ADAPTADA)

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 km^2 de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 km^2 foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

O texto faz referência a uma região em que predomina o clima:

A) tropical úmido.

B) tropical semiárido.

C) tropical semiúmido.

D) subtropical úmido.

E) equatorial.

10. (ADAPTADA)

O projeto foi concebido no âmbito da geopolítica brasileira, com o objetivo de implementar uma política especial do Estado para proteger as fronteiras setentrionais do país. Visa combater o contrabando de metais preciosos, conter conflitos entre garimpeiros (muitos deles com países vizinhos como a Venezuela), entre fazendeiros e indígenas e dar apoio às comunidades locais e tribos indígenas, como os Ianomamis.

Trata-se do:

A) Projeto Radam.

B) Projeto Sivam.

C) Projeto Trombetas.

D) Projeto Calha Norte.

E) Projeto Carajás.

11. (ADAPTADA)



(Adaptado de "Folha de São Paulo", 18/03/2001)

Em 18/03/2001, o jornal "Folha de São Paulo" divulgou que está sendo proposto um aumento das verbas para o Projeto Calha Norte, que se refere à fronteira norte-amazônica do país.

A observação do mapa das unidades previstas permite concluir que o projeto tem como uma de suas preocupações básicas:

A) a agricultura, em terras destinadas à reforma agrária.

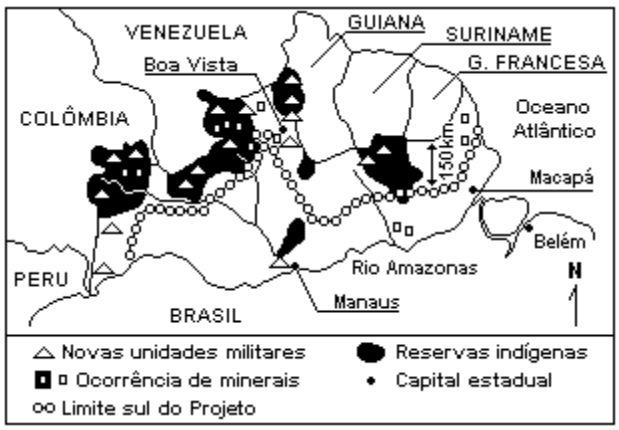
B) o abastecimento, em espaço carente de vias de acesso.

C) a proteção militar, em área marcada por conflitos políticos.

D) a industrialização, em região caracterizada pelo crescimento econômico.

12. (ADAPTADA)

O mapa a seguir corresponde à área de um polêmico projeto militar de fortalecimento das fronteiras da Região Norte do Brasil. Foi criado na metade da década de 80 e envolve uma faixa de aproximadamente 150 quilômetros.



Fonte: Adaptado de Moreira, 1999.

Assinale a alternativa que contém o nome deste projeto.

A) Calha Norte.

B) Comando Norte.

C) Radam.

D) Rondon.

E) Sivam.

Gabarito

1. Alternativa C
2. Alternativa B
3. Alternativa C
4. Alternativa A
5. Alternativa B
6. Alternativa D
7. Alternativa C
8. Alternativa A
9. Alternativa E
10. Alternativa D
11. Alternativa C
12. Alternativa A

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem, querido concurseiro. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcança-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.